

Lucas Sarmiento Pimenta

NON-REFOULEMENT

A Responsabilidade do Estado Brasileiro na Proteção
dos “Clandestinos” Marítimos Refugiados

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Refugiados: o Fenômeno da Imigração Forçada.....	9
1.1 A Construção dos Conceitos Jurídicos de Refúgio no Cenário Internacional.....	12
1.2 O Sistema Brasileiro de Proteção ao Refugiado.....	24
1.2.1 Antes da Promulgação da Lei N.º 9.474/1997	24
1.2.2 Após a Entrada em Vigor do Estatuto dos Refugiados	28
Capítulo 2 – O Princípio do <i>Non-Refoulement</i> como Fundamento Estrutural na Tutela Internacional dos Refugiados.....	37
2.1 Fundamentos Jusfilosóficos: a hospitalidade como matriz histórica do princípio do <i>non-refoulement</i>	39
2.2 Precusores Normativos da Não Devolução	43
2.3 Proposição Hermenêutica ao Artigo 33 da Convenção de Genebra de 1951	46
2.4 A Natureza <i>Jus Cogens</i> do <i>Non-Refoulement</i>	59
2.5 O <i>Non-refoulement</i> no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	63
Capítulo 3 – “Clandestinos” Marítimos: Desafios Jurídicos, Econômicos e Humanitários.....	83
3.1 A Natureza Jurídica dos “Clandestinos” Marítimos.....	90
3.2 Legislação Aplicável e suas Implicações	94

3.2.1 Medidas Preventivas e Obrigações do Estado Portuário	97
3.2.2 Obrigações do Estado de Bandeira: equilibrando considerações humanitárias com preocupações de segurança a bordo	99
3.2.3 O Estado do Primeiro Porto Programado de Escala e as Questões Associadas ao Desembarque e Retorno de “Clandestinos” Marítimos.....	107
3.2.4 “Clandestinos” Marítimos como Refugiados	110
3.3 Custos e Responsabilidades Relacionados a “Clandestinos” Marítimos	116
3.4 A Cooperação como o Pilar da Resolução de Casos de “Clandestinos” Marítimos	124
Capítulo 4 – Obrigações Jurídicas do Estado Brasileiro na Tutela dos “Clandestinos” Marítimos Refugiados.....	127
4.1 Casos Concretos de “Clandestinos” Marítimos Refugiados	128
4.2 Reinterpretação do Conceito de Soberania à Luz dos Paradigmas Internacionais	144
4.3 Entraves ao Reconhecimento da Condição de Refugiado: solicitação de refúgio perante a Polícia Federal brasileira	155
4.4 O Fim dos Direitos Humanos: críticas douzinianas em matéria de refúgio	169
4.5 O <i>Non-Refoulement</i> como Sustentáculo Axial da Proteção do Estado Brasileiro aos “Clandestinos” Marítimos Refugiados....	178
4.6 Propostas de Alteração Legislativa.....	187

Conclusão	195
Referências.....	203
ANEXO A – Número de “Clandestinos” Marítimos por Nacionalidade e por Porto.....	229
ANEXO B – Estatísticas de Incidentes com “Clandestinos” Marítimos fornecidas pelo International Group of P&I Clubs	231
ANEXO C – Número de Incidentes e de “Clandestinos” Marítimos Reportados à IMO	233
ANEXO D – Protocolo de Solicitação de Refúgio.....	235
ANEXO E – Termo de Declarações	237
ANEXO F – Termo de Impedimento de Estrangeiro	239
ANEXO G – Termo de Compromisso e Responsabilidade	243
ANEXO H – Termo de Repatriação.....	245
ANEXO I – Anteprojeto de Lei	247